v7.n9.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

EFETIVIDADE DOS DIREITOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS CUIDADORES DE DEPENDENTES COM DEFICIÊNCIA NA CONCILIAÇÃO ENTRE TRABALHO E CUIDADO: REVISÃO INTEGRATIVA

RIGHTS, WORK AND CAREGIVING AMONG PUBLIC SERVANTS CARING FOR DEPENDENTS WITH DISABILITIES: AN INTEGRATIVE REVIEW

EFICACIA DE LOS DERECHOS DE LOS FUNCIONARIOS PÚBLICOS QUE CUIDAN A PERSONAS DEPENDIENTES CON DISCAPACIDAD PARA CONCILIAR EL TRABAJO Y EL CUIDADO: UNA REVISIÓN INTEGRADORA

Gleicilene da Silva Guimarães[1], Joana D´Arc Vieira Couto Astolphi[2]

e798827
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i9.8827

PUBLICADO: 09/2026

RESUMO

A conciliação entre o trabalho formal, o cuidado familiar e a saúde dos trabalhadores tem se consolidado como um tema relevante no campo da Saúde do Trabalhador, especialmente diante das demandas enfrentadas por servidores públicos responsáveis pelo cuidado de dependentes com deficiência. Este estudo teve como objetivo identificar, na literatura científica, a produção sobre a conciliação entre trabalho e cuidado e a efetividade dos direitos dos servidores públicos cuidadores de dependentes com deficiência, publicada no período de 2015 a 2025. Trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo, do tipo Revisão Integrativa da literatura, desenvolvido em seis etapas e fundamentado na estratégia PICO para elaboração da pergunta norteadora. A coleta de dados foi realizada entre os meses de março e junho de 2026. Os resultados evidenciaram que cinco (42%) dos estudos incluídos estavam indexados na base de dados NIH/NCBI. Observou-se maior concentração de publicações entre os anos de 2020 e 2021, correspondendo a cinco estudos (42%) do total analisado. Quanto ao delineamento metodológico, oito estudos (67%) utilizaram entrevistas e aplicação de questionários como principais técnicas de coleta de dados. Conclui-se que existe uma produção científica consistente sobre cuidadores familiares de pessoas com deficiência; entretanto, verificou-se escassez de estudos específicos que abordem os servidores públicos cuidadores de dependentes com deficiência. As evidências encontradas indicam que a redução da carga horária de trabalho, quando assegurada de forma efetiva e acessível, contribui positivamente para a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida desses servidores, além de favorecer a continuidade do cuidado prestado aos dependentes.

PALAVRAS-CHAVE: Servidor público. Cuidadores. Pessoas com deficiência. Saúde do trabalhador. Revisão integrativa.

ABSTRACT

Balancing formal employment, family caregiving, and worker health has become a significant topic in the field of Occupational Health, particularly given the demands faced by public servants responsible for caring for dependents with disabilities. This study aimed to identify scientific literature published between 2015 and 2025 regarding the balance between work and caregiving and the effectiveness of rights for public servants who care for dependents with disabilities.

[1]Mestranda pelo Programa de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia (PPGSAT/UFU).
[2] Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Profa. Dra. do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia (PPGSAT/UFU).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

It is a descriptive bibliographic study—specifically an integrative review—conducted in six stages and based on the PICO strategy for formulating the guiding question. Data collection took place between March and June 2026. The results showed that five (42%) of the included studies were indexed in the NIH/NCBI database. A higher concentration of publications was observed between 2020 and 2021, accounting for five studies (42%) of the total analyzed. Regarding methodological design, eight studies (67%) used interviews and questionnaires as their primary data collection techniques. The study concludes that while there is a substantial body of scientific literature on family caregivers of people with disabilities, there is a scarcity of specific studies addressing public servants who care for dependents with disabilities. The evidence indicates that reduced working hours — when effectively guaranteed and accessible — contribute positively to the health, well-being, and quality of life of these public servants, while also supporting the continuity of care provided to their dependents.

KEYWORDS: *Public servants. Caregivers. People with disabilities. Occupational health. Integrative review.*

RESUMEN

La conciliación entre el trabajo formal, el cuidado familiar y la salud de los trabajadores se ha convertido en un tema relevante en el campo de la Salud Ocupacional, especialmente dadas las exigencias que enfrentan los funcionarios públicos responsables del cuidado de dependientes con discapacidad. Este estudio tuvo como objetivo identificar, en la literatura científica, la producción sobre la conciliación entre el trabajo y el cuidado y la efectividad de los derechos de los funcionarios públicos que cuidan a dependientes con discapacidad, publicada entre 2015 y 2025. Este es un estudio descriptivo, bibliográfico, del tipo Revisión Integrativa, desarrollado en seis etapas y basado en la estrategia PICO para formular la pregunta guía. La recolección de datos se llevó a cabo entre marzo y junio de 2026. Los resultados mostraron que cinco (42%) de los estudios incluidos estaban indexados en la base de datos NIH/NCBI. Se observó una mayor concentración de publicaciones entre 2020 y 2021, correspondiente a cinco estudios (42%) del total analizado. En cuanto al diseño metodológico, ocho estudios (67%) utilizaron entrevistas y cuestionarios como principales técnicas de recolección de datos. Se concluye que existe un conjunto consistente de investigaciones científicas sobre los cuidadores familiares de personas con discapacidad; sin embargo, se verificó escasez de estudios específicos sobre los funcionarios públicos que cuidan a personas dependientes con discapacidad. La evidencia encontrada indica que la reducción de la jornada laboral, cuando se garantiza de manera efectiva y accesible, contribuye positivamente a la salud, el bienestar y la calidad de vida de estos funcionarios públicos, además de promover la continuidad de la atención brindada a las personas dependientes.

PALABRAS CLAVE*: Funcionarios públicos. Cuidadores. Personas con discapacidad. Salud ocupacional. Revisión integradora.*

1. INTRODUÇÃO

A dinâmica do ambiente laboral contemporâneo impõe aos trabalhadores desafios constantes para conciliar as demandas profissionais e a vida pessoal (Albuquerque Neto; Silva, 2025). No caso dos servidores públicos, essa realidade torna-se ainda mais complexa em razão da rigidez das normas administrativas, da limitação de políticas institucionais de acolhimento e

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

da sobreposição de papéis sociais quando há dependentes com deficiência sob seus cuidados. Nesse contexto, a sobrecarga física, emocional e social vivenciada por esses trabalhadores evidencia a necessidade de implementação de políticas públicas capazes de reconhecer e atender às suas demandas específicas (Polejack *et al*., 2015).

A conciliação entre atividade laboral, cuidado familiar e preservação da saúde tem se consolidado como questão central no campo da Saúde do Trabalhador. Entre servidores públicos de universidades públicas federais, esse desafio apresenta características particulares, uma vez que o trabalho ocorre em instituições marcadas por normas administrativas, exigências de produtividade, atividades predominantemente presenciais, relações hierárquicas e atendimento permanente à comunidade universitária.

O cuidado contínuo de dependentes com deficiência envolve acompanhamento terapêutico, consultas médicas, deslocamentos frequentes, mediação escolar, apoio nas atividades da vida diária, organização da rotina familiar e tomada permanente de decisões relacionadas à saúde, educação e inclusão social. Essas demandas tendem a comprometer o bem-estar físico, psicológico e social dos cuidadores, repercutindo negativamente em sua qualidade de vida.

Estudos nacionais demonstram que familiares cuidadores de pessoas com deficiência experimentam sobrecargas físicas, emocionais, sociais e financeiras ao longo do processo de cuidado, além de restrições na vida social e impactos significativos na participação laboral, especialmente quando inexistem redes de apoio social e institucional adequadas (Silva; Fedosse, 2018; Sulaimani *et al*., 2023).

No cenário internacional, pesquisas também evidenciam que as dificuldades enfrentadas pelos cuidadores em relação ao trabalho decorrem do acúmulo de responsabilidades domésticas, da necessidade de apoio informal contínuo, da maior prevalência de sintomas depressivos, das dificuldades para conciliar responsabilidades profissionais e familiares e do aumento da sobrecarga física (Liu *et al*., 2021; Lei *et al*., 2023; Phillips *et al*., 2023).

No ordenamento jurídico brasileiro, importantes avanços ocorreram na proteção dos direitos das pessoas com deficiência e de seus familiares. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico por meio do Decreto nº 6.949/2009, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) consolidaram princípios de igualdade, acessibilidade, inclusão social e eliminação de barreiras à participação plena das pessoas com deficiência (Brasil, 2009; Brasil, 2015).

No âmbito do serviço público federal, a Lei nº 8.112/1990 prevê a concessão de horário especial ao servidor com deficiência e ao servidor que possua cônjuge, filho ou dependente com

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

deficiência, desde que comprovada a necessidade por junta médica oficial. Posteriormente, a Lei nº 13.370/2016 alterou o artigo 98 da Lei nº 8.112/1990 para assegurar a concessão desse horário especial sem exigência de compensação da jornada ao servidor responsável pelos cuidados de familiar com deficiência (Brasil, 1990; Brasil, 2016).

A relevância da matéria foi reforçada pelo julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.237.867 (Tema 1.097) pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu o direito à redução da jornada de trabalho para servidores públicos com filhos ou dependentes com deficiência. A tese fixada estendeu aos servidores estaduais e municipais, mesmo na ausência de legislação local específica, a aplicação do disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 98 da Lei nº 8.112/1990 (Brasil, 2022).

Apesar desse avanço normativo, a efetivação desse direito ainda enfrenta obstáculos relacionados ao acesso à informação, à atuação dos setores de gestão de pessoas, à compreensão das chefias imediatas, à morosidade dos processos administrativos e às dificuldades de adaptação das atividades laborais às necessidades do servidor cuidador. Assim, a redução da jornada de trabalho deve ser compreendida não apenas como um benefício funcional, mas como importante estratégia de promoção da saúde do trabalhador, de equidade, de inclusão e de prevenção do adoecimento ocupacional.

Parte-se do pressuposto de que a redução da carga horária favorece a qualidade de vida e a saúde dos servidores públicos de universidades federais que exercem o cuidado de dependentes com deficiência. Contudo, considerando que esta pesquisa consiste em uma revisão integrativa da literatura, busca-se verificar em que medida essa relação tem sido demonstrada pelas evidências científicas disponíveis.

Dessa forma, o estudo é orientado pela seguinte questão de pesquisa: de que modo o direito à redução da carga horária impacta a qualidade de vida e a saúde dos servidores públicos de instituições federais responsáveis pelo cuidado de dependentes com deficiência?

Com base nessa problemática, o objetivo deste estudo é identificar, na literatura científica, a produção publicada entre 2015 e 2025 acerca da conciliação entre trabalho e cuidado, bem como da efetividade dos direitos assegurados aos servidores públicos cuidadores de dependentes com deficiência.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo, do tipo Revisão Integrativa (RI) da literatura, método que possibilita reunir, analisar e sintetizar criticamente as evidências científicas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

disponíveis sobre determinado tema, proporcionando uma compreensão ampla do conhecimento produzido.

A revisão foi conduzida em seis etapas, conforme proposto por Mendes, Silveira e Galvão (2019): (I) identificação do tema e formulação da questão de pesquisa; (II) estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão, definição da estratégia de busca e seleção dos estudos; (III) definição das informações a serem extraídas e categorização dos estudos; (IV) avaliação crítica dos estudos incluídos; (V) análise e interpretação dos resultados; e (VI) apresentação da revisão integrativa e síntese do conhecimento produzido.

Para a construção da questão norteadora, utilizou-se a estratégia PICO (Harris *et al.*, 2014), considerando os seguintes elementos: população (P), interesse (I), comparação (C) e desfecho (*O*). A questão de pesquisa formulada foi: De que modo o direito à redução da carga horária impacta a qualidade de vida e a saúde dos servidores públicos de universidades federais que cuidam de dependentes com deficiência?

Quadro 1. Critérios PICO para a inclusão dos estudos

Abreviação	Definições	Pergunta ao componente
P	População	Servidores públicos
I	Interesse	Redução da carga horária
C	Comparação	De que modo o direito à redução da carga horária impacta a qualidade de vida e a saúde dos servidores públicos
O	Desfecho	Melhora a qualidade de vida e a saúde dos servidores públicos

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026)

A busca bibliográfica foi realizada entre os meses de março e junho de 2026 nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), National Library of Medicine/National Center for Biotechnology Information (NIH/NCBI) e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Utilizaram-se descritores extraídos dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e do Medical Subject Headings (MeSH), nos idiomas português, inglês e espanhol. Os termos empregados consistiram em**:** Servidor Público, Cuidadores, Pessoas com Deficiência, Qualidade de Vida e Jornada de Trabalho, conforme apresentado no Quadro 1. Para ampliar a sensibilidade da busca, os descritores seguiram combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, respeitando as especificidades de indexação de cada base de dados.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Durante a elaboração das estratégias de busca verificou-se que o descritor "Servidor Público" não possui termo equivalente específico no MeSH. Dessa forma, utilizaram-se combinações entre descritores disponíveis e palavras-chave livres nos três idiomas, incluindo: funcionário público, servidor federal, servidor estadual e servidor municipal, visando ampliar a recuperação de estudos potencialmente relevantes.

Incluíram-se artigos científicos disponíveis gratuitamente em texto completo, publicados entre janeiro de 2015 e dezembro de 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol. Excluíram-se as teses, dissertações, monografias, capítulos de livros, artigos duplicados entre as bases pesquisadas e estudos que não respondiam à questão norteadora ou não apresentavam relação com o objetivo desta revisão.

Classificaram-se os estudos selecionados com base no nível de evidência proposto por Stillwell *et al*. (2010), adotando-se a categorização baseada no tipo de delineamento metodológico: I) revisão sistemática ou metanálise; II) ensaio clínico randomizado; III) estudo controlado sem randomização; IV) estudo de coorte ou caso-controle; V) revisão sistemática de estudos qualitativos ou descritivos; VI) estudo qualitativo ou descritivo; e VII) opinião de especialistas ou consenso.

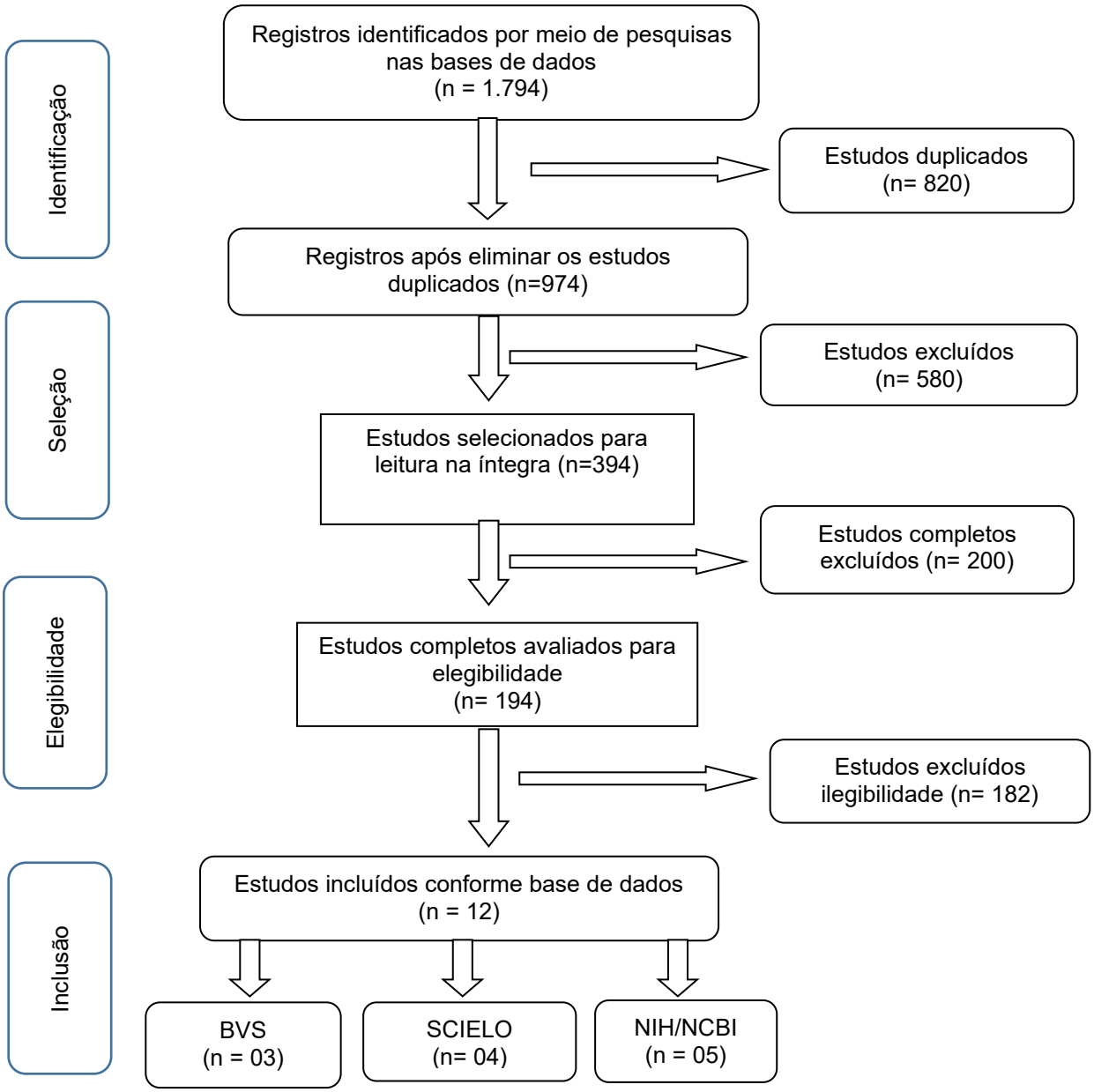
A extração e análise dos dados seguiram seis etapas: (1) levantamento bibliográfico nas bases de dados selecionadas; (2) leitura exploratória para identificação da pertinência dos estudos; (3) leitura seletiva, considerando os critérios de inclusão e exclusão; (4) leitura analítica para extração e sistematização das informações; (5) leitura interpretativa, relacionando os resultados encontrados entre os estudos; e (6) elaboração da síntese final da revisão.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida exclusivamente com dados secundários disponíveis em domínio público, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo respeitou integralmente a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais), mediante a correta citação das fontes consultadas e a observância dos princípios da integridade científica.

Aplicou-se a metodologia juntamente com os descritores acima citados, sendo identificadas 1.794 produções. Após a aplicação dos filtros e critérios de inclusão e exclusão, totalizaram-se 194 artigos. Em seguida, efetuou-se a leitura e análise crítica das produções de acordo com os objetivos da pesquisa, culminando em uma amostra composta por 12 artigos, conforme apresentado na Figura 1, a seguir:

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Figura 1. Fluxograma da seleção dos estudos levantados segundo Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) de Moher *et al*. (2009), Uberlândia, MG, Brasil, 2026



Fonte: Adaptado de Moher *et al*. (2009).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o processo metodológico, selecionaram-se 12 artigos para compor esta revisão integrativa da literatura. Para melhor identificação de cada artigo, foram organizados os achados em forma de quadro, com as seguintes informações: código do estudo (sequência alfanumérica, de A1 a A12), autores/ ano; títulos das publicações; periódico e objetivos (Tabela 1).

Tabela 1. Artigos utilizados na pesquisa. Uberlândia – MG, Brasil, 2026

CÓDIGO ESTUDO	AUTORES / ANO	TÍTULOS	PERIÓDICO	OBJETIVOS
A1	Zhang *et al*., 2025	*Sequential mediation model of social support, care burden, and internalized stigma among family function and depression in caregivers of patients with schizophrenia: evidence from a cross-sectional study in southwest China*	Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol.	Explorar a relação entre o funcionamento familiar e a depressão em cuidadores de pacientes com esquizofrenia nos níveis individual, familiar e social, de acordo com a teoria dos sistemas ecológicos e a teoria do apego.
A2	Oikonomou *et al*., 2024	*Quality of life and incidence of clinical signs and symptoms among caregivers of persons with mental disorders: A cross-sectional study*	Healthcare (Basel).	Avaliar a extensão desses desafios entre cuidadores na Grécia, identificando quais fatores demográficos influenciam seu bem-estar.
A3	Mosley *et al*., 2017	*Caregiver Burden in Parkinson Disease: A Critical Review of Recent Literature*	J. Geriatr. Psychiatry Neurol	Identificar e resumir fatores que podem amplificar a sobrecarga, incluindo sintomas motores e não motores da DP, sintomas psiquiátricos do cuidador e estilo de enfrentamento do cuidador

Fonte: As autoras (2026).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

(Continuação)

Tabela 1. Artigos utilizados na pesquisa. Uberlândia – MG, Brasil, 2026

CÓDIGO ESTUDO	AUTORES / ANO	TÍTULOS	PERIÓDICO	OBJETIVOS
A4	Walke; Chandrasekaran; Mayya, 2018	*Caregiver Burden among Caregivers of Mentally Ill Individuals and Their Coping Mechanisms*	J. Neurosci. Rural Pract.	Avaliar a sobrecarga dos cuidadores de indivíduos com doenças mentais e seus mecanismos de enfrentamento.
A5	Jadalla *et al*., 2020	*Family Caregiver Strain and Burden: A Systematic Review of Evidence-Based Interventions When Caring for Patients with Cancer*	Clin. J. Oncol. Nurs.	Avalia as evidências sobre CGSB publicadas de 2007 a outubro de 2017.
A6	Del-Pino-Casado *et al*., 2021	*Subjective Caregiver Burden and Anxiety in Informal Caregivers: A Systematic Review and Meta-Analysis*	PLoS ONE.	Esta meta-análise visa sintetizar essas evidências e investigar a relação entre a sobrecarga subjetiva do cuidador e os sintomas de ansiedade em cuidadores informais.
A7	Cortés *et al*., 2025	*Participación ocupacional de cuidadores de niños, niñas y adolescentes con trastorno por déficit de atención e hiperactividad: una revisión de alcance*	Revista Ocupación Humana	Conhecer os efeitos na participação social, trabalho e ocio de pessoas cuidadoras de crianças, meninas e adolescentes com este diagnóstico.

Fonte: As autoras (2026).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

(Continuação)

Tabela 1. Artigos utilizados na pesquisa. Uberlândia – MG, Brasil, 2026

CÓDIGO ESTUDO	AUTORES / ANO	TÍTULOS	PERIÓDICO	OBJETIVOS
A8	Tessarini Junior; Saltorato, 2022	*Reduced Working Time as Political, Management and Control Instrument*	Revista Organizações & Sociedade	Aborda um campo empírico pouco explorado na pesquisa sobre relações de poder, delineando a discussão no âmbito do serviço público e das instituições de ensino superior.
A9	Virtanen *et al*., 2021	*Shift work, work time control, and informal caregiving as risk factors for sleep disturbances in an ageing municipal workforce*	Scand J Work Environ Health	Examinar a contribuição do trabalho por turnos, do controle do tempo de trabalho (CTT) e do cuidado informal, separadamente e em conjunto, para os distúrbios do sono em funcionários idosos.
A10	Loureiro; Mendes; Silva, 2018	Estigma, invisibilidade e intensificação do trabalho: estratégias de enfrentamento do sofrimento pelos assistentes em administração	Trabalho, Educação e Saúde	Analisar as vivências de prazer-sofrimento de oito assistentes em administração de uma universidade que solicitaram remoção motivada por alguma insatisfação.

Fonte: As autoras (2026)

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

(Continuação)

Tabela 1. Artigos utilizados na pesquisa. Uberlândia – MG, Brasil, 2026

CÓDIGO ESTUDO	AUTORES / ANO	TÍTULOS	PERIÓDICO	OBJETIVOS
A11	Tessarini Junior; Saltorato, 2021	Organização do trabalho dos servidores técnico-administrativos em uma instituição federal de ensino: uma abordagem sobre carreira, tarefas e relações interpessoais.	Cadernos EBAPE.BR	Explorar as experiências e as percepções de servidores públicos técnico-administrativos em relação à organização de seu trabalho, aqui analisada em função de 3 perspectivas inter-relacionadas: carreira, tarefas e relações interpessoais.
A12	Nascimento; Damasceno; Neves, 2016	*Between reward and suffering: The bank workers' view of the flexibility discourse*	RAM – Revista de Administração Mackenzie	Analisar criticamente o impacto do discurso sobre flexibilidade nas práticas do setor bancário, sob a perspectiva dos funcionários dos bancos.

Fonte: As autoras (2026)

Na Tabela 2 são apresentados os resultados que caracterizam os estudos desta revisão, contemplando o código do estudo (sequência alfanumérica, de A1 a A12), a metodologia proposta (Tipo de Estudo), o local em que foi desenvolvido (País) e o Nível de Evidência.

Tabela 2. Abordagem metodológica dos artigos, local de realização e nível de evidência. Uberlândia - MG, Brasil, 2026

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

CÓDIGO ESTUDO	TIPO DE ESTUDO	PAÍS	NÍVEL DE EVIDÊNCIA
A1	Amostragem por conglomerados estratificada em múltiplos estágios	Yunnan, China	VI
A2	Entrevista por meio de questionários.	Grécia	VI
A3	Revisão abrangente da literatura	Queensland, Austrália	VI
A4	Estudo transversal com abordagem quantitativa	Índia	VI
A5	Revisão de estudos intervencionais	EUA	VI
A6	Revisão sistemática e meta-análise de estudos quantitativos	Andaluzia, Espanha	I
A7	Revisão de escopo	Espanha	VI
A8	Estudo de caso por meio de observação, análise documental e entrevistas semiestruturadas	Brasil	VI
A9	Estudos de coorte prospectivos	Finlândia	IV
A10	Entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo	Brasil	VI
A11	Entrevistas semiestruturadas	Brasil	VI
A12	Abordagem qualitativa e entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados	Brasil	VI

Fonte: As autoras (2026)

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão e concentrando-se os achados quanto às bases de dados, ao ano de publicação, ao número de estudos, ao idioma, às estratégias para a coleta de informações e categorias temáticas de maior relevância prevalente nos estudos, observou-se que a maior parte, cinco (42%) artigos, estava disponível na base de dados NIH/NCBI, quatro (33%) na SCIELO e três (25%) na BVS.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

No que se refere ao ano de publicação dos artigos, no período de 2024 a 2025, apresentou-se três (25%) artigos publicados, no período de 2016 a 2018, quatro (33%) artigos publicados e no período de 2020 a 2021, com a maior quantidade de publicações, totalizando cinco (42%), com nível de Evidência VI. Entre os 12 artigos selecionados, nove (75%) artigos publicados no idioma inglês, dois (17%) em português e apenas um (8%) no espanhol e são referentes às pesquisas desenvolvidas em diversos países.

Houve maior prevalência de estudos com entrevistas semiestruturadas, totalizando seis (50%). Para a coleta das informações, os autores utilizaram duas estratégias: oito (67%) estudos trabalharam com entrevistas e aplicação de questionários; e quatro (33%) estudos desenvolveram revisão de escopo e de estudos.

A análise dos estudos incluídos identificou três temas inter-relacionados que refletem o objetivo e a questão norteadora desta pesquisa, os quais são: sobrecarga do cuidado e adoecimento do servidor cuidador; redução de jornada como medida de proteção à saúde e à qualidade de vida e barreiras institucionais à efetividade do direito.

Tema 1: Sobrecarga do cuidado e adoecimento do servidor cuidador

A sobrecarga dos cuidados se manifesta na vida do cuidador em múltiplas dimensões, indo além do sofrimento psicológico e perturbando a estabilidade econômica da família, o funcionamento diário, os relacionamentos interpessoais e levando a uma diminuição da qualidade de vida, criando um ciclo vicioso que prejudica ainda mais o bem-estar mental dos cuidadores (Oikonomou *et al*., 2024; Zhang *et al*., 2025).

Os estudos analisados evidenciam que os cuidadores enfrentam desafios complexos no cotidiano do cuidado de dependentes com deficiência e destacam as dificuldades vivenciadas no dia a dia, enfatizando a necessidade de maior atenção e apoio a este grupo de pessoas que convivem diariamente com a sobrecarga do cuidado.

De acordo com Mosley *et al*. (2017), a sobrecarga do cuidador é definida como o estresse decorrente do cuidado a outras pessoas, sendo também compreendido como a sensação de tensão emocional ou física sentida pelos cuidadores.

Embora a maior parte dos estudos analisados não tenha sido desenvolvida especificamente com servidores públicos, os resultados demonstram que a sobrecarga decorrente do cuidado contínuo produz repercussões semelhantes em diferentes contextos ocupacionais, indicando que trabalhadores responsáveis por dependentes com deficiência constituem um grupo particularmente vulnerável ao adoecimento físico e mental.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Estima-se que cerca de 450 milhões de pessoas em todo o mundo apresentam transtornos mentais ou comportamentais, sendo a depressão a doença com maior proporção, representando 4,3% da carga global de doenças, e está entre as principais causas isoladas de doenças mentais em todo o mundo, enfatizando que a doença mental não influencia apenas a pessoa afetada, mas também os seus cuidadores (Walke; Chandrasekaran; Mayya, 2018).

Diversas meta-análises demonstraram em seus estudos uma associação entre a sobrecarga do cuidador e o sofrimento psicológico, dentre eles a depressão, ansiedade e estresse, conforme destacado por Del-Pino-Casado *et al*., cujos resultados comprovaram a associação entre a sobrecarga subjetiva do cuidador e os sintomas de ansiedade em diferentes grupos de cuidadores (Jadalla *et al*., 2020; Del-Pino-Casado *et al*., 2021).

Vale ressaltar que os servidores públicos que se dedicam a cuidar dos outros também necessitam de cuidado, sendo imprescindível que as instituições estejam atentas aos alertas de problemas de saúde apresentados por seus funcionários e disponibilizem a eles programas de apoio e demais mecanismos que possam ajudá-los a lidar com o estresse e promover o autocuidado (Santana, 2024).

Bozzi e Frezato (2023), em estudo realizado com servidores públicos, constataram que pais de crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista), após o diagnóstico efetivado, são confrontados por uma nova situação que exige imenso ajuste familiar, advindo uma sobrecarga que afeta todos da família, prejudicando a carreira profissional, devido à necessidade de traçar novos objetivos para adequar-se às demandas da casa e das atividades de vida diária da criança autista.

A sobrecarga física, emocional e social vivenciada por esses servidores exige a implementação de políticas públicas que reconheçam e atendam às suas necessidades específicas e uma das políticas que podem favorecer os servidores cuidadores de dependentes com deficiência é a redução da jornada de trabalho.

Compreende-se que o adoecimento do servidor cuidador não decorre apenas de agentes físicos, químicos, biológicos ou ergonômicos, mas também da organização do trabalho, da gestão do tempo, da invisibilidade do cuidado e da dificuldade de conciliar obrigações profissionais com responsabilidades familiares intensas, e, quando a jornada integral se torna incompatível com as necessidades de cuidado, atua como fator de sofrimento e agravamento das condições de saúde do servidor.

Tema 2: Redução de jornada como medida de proteção à saúde e à qualidade de vida

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Sob a perspectiva da Saúde do Trabalhador, a redução da jornada representa uma medida de prevenção dos agravos relacionados ao trabalho, pois diminui o conflito entre as demandas ocupacionais e familiares, favorecendo a recuperação física e emocional do trabalhador e ampliando sua capacidade de exercer o cuidado sem comprometer sua própria saúde.

A qualidade de vida (QV) dos cuidadores de pessoas com deficiências tem sido reconhecida, nas últimas décadas, como um tema central para as políticas de saúde e de inclusão, uma vez que o bem-estar desses cuidadores interfere diretamente na qualidade do cuidado ofertado e na própria participação social das pessoas com deficiência.

A jornada de trabalho é um aspecto importante do emprego e, por sua vez, pode impactar na saúde e no bem-estar pessoal (satisfação com a vida, qualidade de vida, conflito trabalho-família etc.) dos funcionários, pois a escassez de tempo gera impactos negativos na qualidade de vida.

Estudo de Cortés *et al*. (2025), referente aos efeitos no trabalho de pais ou cuidadores de crianças e adolescentes com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), indicou que eles vivenciam mudanças de vários tipos, como redução da jornada de trabalho, constantes mudanças de emprego, inflexibilidade por parte dos supervisores e sensação de serem forçados a pedir demissão.

Pesquisa desenvolvida por Santos Júnior *et al*. (2024), com servidores públicos, demonstrou que a implementação da redução da carga horária de trabalho teve forte impacto positivo na qualidade de vida no trabalho desses servidores.

A jornada reduzida acarretou inúmeros benefícios, tanto para a instituição quanto para os trabalhadores, em especial na obtenção de mais tempo livre para dedicação a atividades pessoais, bem como, melhoras significativas na qualidade de vida dos trabalhadores, servidores técnico administrativos da educação de Universidades Públicas Federais (Tessarini Junior; Saltorato, 2022).

Verifica-se também que fatores como trabalho por turnos, compreendidos como horário de trabalho com jornadas irregulares ou incomuns, inclusive noturnas, e cuidados informais, dentre eles cuidar de um filho doente ou com deficiência, cônjuge ou outro membro da rede social de uma pessoa, podem interferir no ciclo normal de sono-vigília e aumentar o risco de problemas de saúde de servidores públicos (Virtanen *et al*., 2021).

Neste sentido, entende-se que a redução de jornada é uma medida relevante de proteção à saúde e à qualidade de vida, porque possibilita ao trabalhador ampliar a margem de autonomia da sua atividade laboral sobre o próprio tempo, e para pais, mães e/ou responsáveis

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

por dependentes com deficiência, tempo não representa apenas descanso, mas condição concreta para garantir acesso a terapias, consultas, estimulação, acompanhamento pedagógico, cuidado com crises, deslocamentos e organização da vida cotidiana.

Todavia a efetividade e aplicabilidade do direito à redução da jornada de trabalho tem enfrentado barreiras institucionais, acarretando ansiedade, culpa, exaustão e sensação de insuficiência, elementos recorrentes na experiência de cuidadores familiares, trabalhadores, que tem que enfrentar a morosidade e burocracia para ter seus direitos garantidos.

Tema 3: Barreiras institucionais à efetividade do direito

A efetividade do direito à redução da jornada de trabalho, por vezes depende da maneira como a instituição o interpreta e operacionaliza, pois, quando a concessão é tratada com desconfiança, lentidão ou excesso de exigências, o direito pode se converter em nova fonte de sofrimento, impondo aos servidores a necessidade de comprovar reiteradamente a necessidade de cuidar do dependente com deficiência, e diante disso, podem vivenciar exposição, constrangimento e insegurança, bem como, ser estigmatizado como menos comprometido ou menos produtivo.

Uma das barreiras da efetividade do direito à redução da jornada pode ser compreendida pelas dinâmicas de poder e controle, adotado por gestores das instituições, associados à intensificação do trabalho, ao aumento do controle sobre os trabalhadores, disfarçado de maior flexibilidade, e à redução da renda e da segurança no emprego (Nascimento; Damasceno; Neves, 2016).

Estudos apontam que a redução da carga de trabalho dos Técnicos Administrativos em Educação de instituições federais é marcada por altas demandas e condições estruturais, organizacionais e culturais não ideais, que são intensificadas pela adoção da jornada de trabalho reduzida, exigindo o uso de mecanismos de defesa para resistir às pressões diárias decorrentes dessa situação (Loureiro; Mendes; Silva, 2018; Bedin; Fontes; Braatz, 2020; Tessarini Junior; Saltorato, 2021).

A redução da jornada de trabalho tornou-se um instrumento de controle institucionalizado por uma espécie de política de “gestão pelo medo” e sutilmente os força a trabalhar com mais atenção e comprometimento, a aumentar a intensidade do trabalho, a permanecer à disposição da instituição em seus momentos de folga e a controlar a si mesmos e aos seus colegas (Tessarini Junior; Saltorato, 2022).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Ainda de acordo com Tessarini Junior e Saltorato (2022), a redução da jornada de trabalho como instrumento político, de gestão e controle amplia as discussões sobre as relações de poder nas organizações, principalmente no que diz respeito ao tempo de trabalho.

A redução da jornada de trabalho é um tema bastante relevante no setor público, onde a cultura organizacional ainda associa produtividade à presença física e ao cumprimento rígido de horários e apesar de esse tema estar amplamente amparado pelas normas brasileiras, demonstrando que o direito está formalmente reconhecido, especialmente após a alteração promovida pela Lei nº 13.370/2016 e o fortalecimento jurisprudencial decorrente do Tema 1.097 do Supremo Tribunal Federal (STF). Todavia, a concretização do direito formal em direito efetivamente usufruído exige compromisso institucional.

Portanto, compreende-se que a efetividade da redução da jornada de trabalho não se mede apenas pela existência de fundamentação e amparo legal, mas pela capacidade de produzir proteção concreta à saúde, melhoria da qualidade de vida, permanência digna no trabalho e redução das desigualdades vividas por servidores cuidadores.

Observou-se que a maior parte da produção científica se concentra na sobrecarga experimentada por cuidadores familiares de pessoas com deficiência ou doenças crônicas, havendo escassez de estudos direcionados especificamente aos servidores públicos cuidadores. Essa lacuna evidencia a necessidade de ampliar as pesquisas voltadas às repercussões do cuidado na saúde ocupacional desses trabalhadores e à efetividade das políticas institucionais destinadas a esse grupo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão integrativa evidenciou que existe produção científica consistente acerca da sobrecarga vivenciada por cuidadores familiares de pessoas com deficiência e de seus impactos na saúde, na qualidade de vida e na participação social e laboral. Entretanto, observou-se escassez de estudos que abordem especificamente os servidores públicos cuidadores de dependentes com deficiência, especialmente aqueles voltados à efetividade dos direitos funcionais assegurados pela legislação brasileira.

Os estudos analisados demonstraram que a literatura se concentra, principalmente, em aspectos relacionados à sobrecarga do cuidado, ao adoecimento físico e mental dos cuidadores, às desigualdades de gênero, às dificuldades econômicas, ao apoio social e às intervenções destinadas ao suporte familiar. Em contrapartida, verificou-se reduzida produção científica sobre

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

temas como regime jurídico funcional, horário especial, redução de jornada, teletrabalho e utilização efetiva dos direitos por trabalhadores do setor público.

Quanto à conciliação entre trabalho e cuidado, observou-se que os estudos descrevem repercussões recorrentes, como redução do tempo destinado ao autocuidado, interrupção de atividades pessoais, restrição da participação social e laboral, fadiga crônica, comprometimento da saúde mental, sobrecarga financeira e invisibilidade institucional do cuidador. Esses resultados demonstram que o exercício simultâneo das responsabilidades profissionais e familiares pode constituir importante fator de vulnerabilidade para a saúde do trabalhador.

As evidências identificadas sugerem que a redução da jornada de trabalho, quando implementada de forma acessível, célere, sem prejuízo remuneratório e livre de estigmatização funcional, configura importante estratégia de promoção da saúde, melhoria da qualidade de vida e fortalecimento da permanência no trabalho dos servidores públicos responsáveis pelo cuidado de dependentes com deficiência. Contudo, a literatura ainda apresenta limitações quanto à avaliação da efetividade desse direito no contexto do serviço público, evidenciando a necessidade de aprofundamento das investigações sobre sua implementação e seus resultados.

Conclui-se, portanto, que a produção científica publicada entre 2015 e 2025 sustenta, de forma consistente, que o cuidado contínuo de dependentes com deficiência repercute negativamente sobre o tempo disponível, a participação social, a atividade laboral, a renda e a qualidade de vida dos cuidadores. Entretanto, permanece incipiente a produção de evidências acerca da efetividade das políticas institucionais destinadas aos servidores públicos cuidadores, especialmente no que se refere à redução da jornada de trabalho como instrumento de proteção à saúde do trabalhador.

Diante desse cenário, recomenda-se a realização de pesquisas empíricas em instituições públicas, especialmente em universidades federais, utilizando abordagens qualitativas, quantitativas ou de métodos mistos, com o objetivo de compreender as experiências dos servidores cuidadores, os obstáculos enfrentados para a efetivação de seus direitos, os impactos sobre sua saúde e qualidade de vida e as estratégias institucionais capazes de promover ambientes laborais mais inclusivos, equitativos e compatíveis com as demandas do cuidado familiar.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE NETO, J. S. de; SILVA, I. P. de O. O impacto das novas tecnologias no mundo do trabalho e suas implicações jurídicas**. Revista Foco**, [S. l.], v. 18, n. 5, p. e8642, 2025. https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n5-158.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

BEDIN, É. P.; FONTES, A. R. M.; BRAATZ, D. Impactos da discrepância entre o trabalho prescrito e real dos fiscais de contrato em universidades públicas federais. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, n. 2, p. 232-249, 2020. https://doi.org/10.7819/rbgn.v22i2.4055

BOZZI, B. M.; FREZATO, L. R. Autismo e a Redução de Carga-Horária na Polícia Militar do Paraná. **RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia**, v. 4, n. 11, p. 1-12, 2023. https://doi.org/10.47820/recima21.v4i11.4458

BRASIL. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.370**, de 12 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 8.112/1990 para estender o direito a horário especial ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 1990, republicado em 18 mar.1998.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº. 1.237.867 (Tema 1.097 da Repercussão Geral)**. Brasília, DF, 2022.

CORTÉS, C. B.; MUÑOZ FERNÁNDEZ, E.; MORALES RODRÍGUEZ, B.; LAPIERRE ACEVEDO, M. Participación ocupacional de cuidadores de niños, niñas y adolescentes con trastorno por déficit de atención e hiperactividad: una revisión de alcance. **Revista Ocupación Humana**, v. 25, n. 2, p. 190-203, 2025. https://doi.org/10.25214/25907816.1784

DEL-PINO-CASADO, R.; PRIEGO-CUBERO, E.; LÓPEZ-MARTÍNEZ, C.; ORGETA, V. Subjective Caregiver Burden and Anxiety in Informal Caregivers: A Systematic Review and Meta-Analysis. **PLoS ONE**, v. 16, p. e0247143, 2021. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0247143.

HARRIS, J. D. *et al*. How to write a systematic review. **Am J Sports Med**., v. 42, n. 11, p. 2761-2768, 2014. https://doi.org/10.1177/0363546513497567.

JADALLA, A. *et al*. Family Caregiver Strain and Burden: A Systematic Review of Evidence-Based Interventions When Caring for Patients with Cancer. **Clin. J. Oncol. Nurs**., v. 24, p. 31-50, 2020. https://doi.org/10.1188/20.CJON.31-50.

LEI, L.; LEGGETT, A. N.; MAUST, D. T. A national profile of sandwich generation caregivers providing care to both older adults and children. **J Am Geriatr Soc.**, v. 71, n. 3, p. 799-809, 2023. https://doi.org/10.1111/jgs.18138.

LIU, C. *et al*. Family Care, Economic Stress, and Depressive Symptoms Among Chinese Adults During the COVID-19 Outbreak: Difference by Urban and Rural Areas. **Front Psychiatry**, v. 12, n. 700493, 2021. https://doi.org/10.3389/fpsyt.2021.700493.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

LOUREIRO, T.; MENDES, G. H. S.; SILVA, E. P. Estigma, invisibilidade e intensificação do trabalho: estratégias de enfrentamento do sofrimento pelos assistentes em administração. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 2, p. 703-728, 2018. https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00111

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 28, 2019. https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2017-0204

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G. PRISMA Group. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLoS Med.**, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009. https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097.

MOSLEY, P. E.; MOODIE, R.; DISSANAYAKA, N. Caregiver Burden in Parkinson Disease: A Critical Review of Recent Literature. **J. Geriatr. Psychiatry Neurol.**, v. 30, p. 235–252, 2017. https://doi.org/10.1177/0891988717720302.

NASCIMENTO, R. P.; DAMASCENO, L. D. C. M.; NEVES, D. R. Between reward and suffering: the bank workers' view of the flexibility discourse. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 4, p. 15–38, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ram/a/LtT9P7WQ3Y9Cqb8wTY5mRSb/?lang=en. Acesso em: 30 ago. 2026.

OIKONOMOU, V.; GKINTONI, E.; HALKIOPOULOS, C.; KARADEMAS, E. C. Quality of life and incidence of clinical signs and symptoms among caregivers of persons with mental disorders: A cross-sectional study. **Healthcare (Basel)**, v. 12, n. 2, artigo 269, 2024. https://doi.org/10.3390/healthcare12020269

PHILLIPS, R.; DURKIN, M.; ENGWARD, H.; CABLE, G.; IANCU, M. The impact of caring for family members with mental illnesses on the caregiver: a scoping review. **Health Promot Int.,** v. 38, n. 3, p. daac049, 2023. https://doi.org/10.1093/heapro/daac049.

POLEJACK, L.; VAZ, A. M. A.; GOMES, P. M. G. *et al*. (Orgs.). **Psicologia e políticas públicas na Saúde**: experiências, reflexões, interfaces e desafios. Porto Alegre: Rede Unida, 2015. 440 p. (Série Atenção Básica e Educação na Saúde). ISBN: 978-85-66659-44-3. https://doi.org/10.18310/9788566659443

SANTANA, P. O adoecimento mental de servidores públicos: uma revisão sistemática de literatura. **Lumen Et Virtus**, v. 15, p. 587-608, 2024. https://doi.org/10.56238/levv15n38-038.

SANTOS JÚNIOR, A. J. *et al*. Impacto da redução de carga horária de trabalho na qualidade de vida no trabalho do servidor público. **REUNA**, Belo Horizonte - MG, Brasil, v. 29, n. 1, p. 13-27, 2024.

SILVA, R. S.; FEDOSSE, E. Perfil sociodemográfico e qualidade de vida de cuidadores de pessoas com deficiência intelectual. **Cad Bras Ter Ocup.**, v. 26, n. 2, p. 357–66, 2018. https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1220

STILLWELL, S. B.; FINEOUT-OVERHOLT, E.; MELNYK, B. M.; WILLIAMSON, K. M. Searching for the Evidence: Strategies to help you conduct a successful search. **Am J Nurs. New York**, v. 110, n. 5, p. 41-7, 2010. https://doi.org/10.1097/01.NAJ.0000372071.24134.7e

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

SULAIMANI, G. H.; KAMEL, S.; ALOTAIBI, G.; TELMESANI, N. Quality of Life Among Family Caregivers of Disabled Children in Saudi Arabia. **Cureus**, v. 15, n. 7, p. e41320, 2023. https://doi.org/10.7759/cureus.41320.

TESSARINI JUNIOR, G.; SALTORATO, P. Organização do trabalho dos servidores técnico-administrativos em uma instituição federal de ensino: uma abordagem sobre carreira, tarefas e relações interpessoais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, p. 811-823, 2021. https://doi.org/10.1590/1679-395120200236

TESSARINI JUNIOR, G.; SALTORATO, P. Reduced Working Time as Political, Management and Control Instrument. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 103, p. 740-765, 2022. https://doi.org/10.1590/1984-92302022v29n0035PT

VIRTANEN, M. *et al*. Shift work, work time control, and informal caregiving as risk factors for sleep disturbances in an ageing municipal workforce. **Scand J Work Environ Health**, v. 47, n. 3, p. 181-190, 2021. https://doi.org/10.5271/sjweh.3937

WALKE, S. C.; CHANDRASEKARAN, V.; MAYYA, S. S. Caregiver Burden among Caregivers of Mentally Ill Individuals and Their Coping Mechanisms. **J. Neurosci. Rural Pract.**, v. 9, p. 180–185, 2018. https://doi.org/10.4103/jnrp.jnrp_312_17.

ZHANG, T. *et al*. Sequential mediation model of social support, care burden, and internalized stigma among family function and depression in caregivers of patients with schizophrenia: evidence from a cross-sectional study in southwest China. **Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol.**, v. 60, p. 881–93, 2025. https://doi.org/10.1007/s00127-024-02753-8

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.